

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS DO ANO
ECONÓMICO - 2022**

**SANTA CASA
DA MISERICORDIA**





Índice

Nota Introdutória	3
Modelo Organizacional e de Gestão -2022	5
Enquadramento da Evolução da Atividade - 2022	6
Pressupostos de Exploração	10
Justificação	11
Outras Informações	15
Considerações Finais	16
Demonstrações Financeiras e Anexos.....	18

1 – NOTA INTRODUTÓRIA

A Santa Casa da Misericórdia de Bragança, Instituição Particular de Solidariedade Social foi fundada por compromisso régio em 6 de julho de 1518. É uma associação de fiéis, com personalidade jurídica canónica, cujo fim é a prática das Catorze Obras de Misericórdia, tanto corporais como espirituais, visando o serviço e apoio com solidariedade a todos os que precisam, bem como a realização de atos de culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional, informado pelos princípios do humanismo e da doutrina e moral cristãs, sendo também reconhecida a sua personalidade jurídica civil, com estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social, pelo que é considerada uma entidade da economia social, nos termos da respetiva Lei de Bases, e natureza de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública.

MISSÃO

Trabalhar para a qualidade de vida da região de Bragança através do desenvolvimento de atividades de intervenção social ou outras de resposta a necessidades da comunidade.

VISÃO

Ser Instituição de referência no apoio e resposta às necessidades e expectativas da comunidade, orientada pelos princípios do humanismo e da doutrina e moral cristãs, nomeadamente no apoio social, pedagógico e na promoção da saúde.

VALORES

Centralidade e dignidade da pessoa, solidariedade, transparência, inovação.

Neste âmbito e a fim de dar cumprimento ao Compromisso e Missão, Visão e Valores, a Instituição desenvolve atividades de intervenção social ou outras de resposta a necessidades da comunidade, nomeadamente:

- ✓ Apoiar a infância e juventude, pessoas idosas, pessoas com deficiência e incapacidade, pessoas em situação de vulnerabilidade;
- ✓ Integração social e comunitária;

- ✓ Promoção da saúde, prevenção da doença e prestação de cuidados na perspetiva curativa, reabilitação e reintegração, designadamente através
- ✓ de unidades de cuidados continuados, serviços de diagnóstico, terapêutica, cuidados primários de saúde e tratamentos de doenças do foro mental, psiquiátrico e demências;
- ✓ Promoção da educação, da formação profissional e da igualdade de género;
- ✓ Colabora sempre que possível em parceria com outras entidades do sector social e público na resolução de problemas da comunidade.

São respostas sociais da Instituição, com Acordos de Cooperação em vigor, com Ministério da Segurança Social, Ministério da Educação e Ministério da Saúde:

- ✓ Estrutura Residencial para Pessoas Idosas Santa Teresa d' Ávila – 48 utentes;
- ✓ Estrutura Residencial par Pessoas Idosas Imaculada Conceição – 71 utentes;
- ✓ Estrutura Residencial para Pessoas Idosas Santa Isabel – 61 utentes;
- ✓ Centro de Dia – 11 utentes;
- ✓ Serviço de Apoio Domiciliário – 89 utentes;
- ✓ Centro Infantil Cinderela – 80 utentes;
- ✓ Centro Infantil da Côxa – 72 utentes;
- ✓ Centro Infantil S.João de Deus – 67 utentes;
- ✓ Creche Familiar/ Serviço de Amas – 40 utentes;
- ✓ Centro de Atividades de Tempos Livres – 57 utentes;
- ✓ Lar Residencial para Pessoas Portadoras de Deficiência – 64 utentes;
- ✓ Centro de Atividades Ocupacionais para Pessoas Portadoras de Deficiência – 75 utentes;

- ✓ Unidade de Cuidados Continuados Integrados de Média Duração ou Reabilitação – 30 utentes;
- ✓ Unidade de Cuidados Continuados de Longa duração ou Manutenção – 25 utentes;
- ✓ Unidade de Cuidados Continuados Privado – 11 utentes;
- ✓ Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social;
- ✓ Cantina Social – 25 beneficiários;
- ✓ Programa Operacional de Ajuda a Pessoas Mais Carenciadas – 128 beneficiários;

2 - MODELO ORGANIZACIONAL E DE GESTÃO – 2022

O modelo organizacional e de gestão da SCMB assenta fundamentalmente na sua Missão, descrita nos seus Estatutos, e em mobilizar e articular eficazmente todos os recursos da instituição na prossecução do cumprimento da sua Missão pois como em qualquer organização a responsabilidade terá sempre de ser assumida para o bem e para o mal por quem manda e aqui esse papel cabe claramente aos membros da MA.

Do cumprimento da Missão resulta toda a estratégia de desenvolvimento e implementação das políticas, medidas e objetivos a atingir, através da elaboração de planos estratégicos plurianuais e planos de atividade anuais, com as ações devidamente identificadas e quantificadas na demonstração de resultados anual.

Todas as ações foram periodicamente avaliadas e sempre que necessário, em reuniões realizadas entre a MA e as Chefias Intermédias de cada sector.



Sendo esta Instituição constituída por vários sectores de atividade, possui em cada um deles um responsável que reporta, às Coordenações e Direções Técnicas, e esta à MA.

As Coordenações encontram-se mais próximos dos intervenientes/ agentes da concretização estratégica definida, são peças chave em todo o processo de gestão da Instituição. Estando perto destes agentes, estão perto dos problemas/ constrangimentos.

Durante o ano de 2022 a gestão da Instituição foi realizada através de 4 momentos:

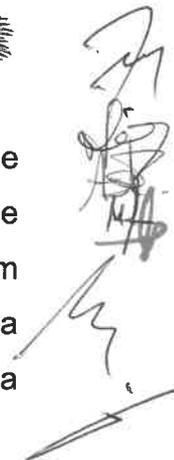
- 1 – Planear;
- 2 – Implementar;
- 3 – Avaliar/ monitorizar;
- 4 – Corrigir.

Em todos estes momentos as chefias intermédias são chamadas a colaborar e participar, para em conjunto com a MA, delinear estratégias e implementar ações corretivas de melhoria continua, que conduz ao posicionamento da Instituição na região e à imagem positiva da prestação de serviços em todas as áreas, que fazem da SCMB uma referência a nível regional de Bem-fazer.

3 - ENQUADRAMENTO DA EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE – 2022

O ano de 2022, confrontou-nos com novos problemas sociais decorrentes da crise provocada pela pandemia do COVID 19, pela Guerra na Ucrânia, Inflação e aumento das taxas de juro, pelo que a implicação decorrente desta crise global obrigatoriamente pressionou esta Instituição e todo o sector social.

Assim, os Órgãos Sociais conscientes de que independentemente da estratégia que o poder central veio a desenvolver para permitir que a economia social



continue a ser um dos alicerces do bem estar da população de um território e país onde se perspetiva um especial relevo para os problemas com a saúde mental e outras dependências para as quais nem o estado está preparado nem as instituições de solidariedade o estão, fruto da evolução da população, cada vez mais envelhecida e em que a esperança média de vida tem vindo a aumentar.

A MA, tem a sustentabilidade da instituição como desígnio fundamental e estratégico do seu mandato pois só dessa forma será possível à SCMB cumprir com a Missão subjacente à sua própria existência.

Assim, deu continuidade a ações definidas no Plano de Atividades umas já a serem implementadas e outras a implementar de que destacamos;

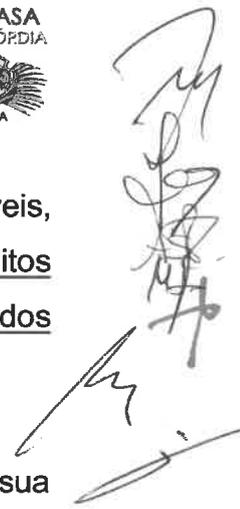
- Continuidade das ações de formação dos colaboradores nos módulos (Cálculo das Participações, Recursos Humanos; Faturação Eletrónica e Saúde) ;
- Desenvolveu um estudo com vista a uma reorganização funcional dos serviços, de modo a maximizar, rentabilizar e racionalizar os recursos materiais e humanos de que dispõe a instituição;
- Implementou o processo de avaliação de desempenho para todos os sectores;
- Reestruturou os procedimentos na aquisição, armazenamento e distribuição de produtos e materiais de consumo na instituição;
- Reforçou a capacidade de resposta interna através das obras de conservação e requalificação dos nossos equipamentos garantindo melhores condições de utilização pelos utentes através da continuidade da Remodelação e ampliação da cozinha dos Lares.
- Reforçou a capacidade de resposta interna com a Remodelação de instalações sanitárias em diversos equipamentos sociais.

continue a ser um dos alicerces do bem estar da população de um território e país onde se perspetiva um especial relevo para os problemas com a saúde mental e outras dependências para as quais nem o estado está preparado nem as instituições de solidariedade o estão, fruto da evolução da população, cada vez mais envelhecida e em que a esperança média de vida tem vindo a aumentar.

A MA, tem a sustentabilidade da instituição como desígnio fundamental e estratégico do seu mandato pois só dessa forma será possível à SCMB cumprir com a Missão subjacente à sua própria existência.

Assim, deu continuidade a ações definidas no Plano de Atividades umas já a serem implementadas e outras a implementar de que destacamos;

- Continuidade das ações de formação dos colaboradores nos módulos (cálculo das Comparticipações, Recursos Humanos; Faturação Eletrónica e ;
- Desenvolveu um estudo com vista a uma reorganização funcional dos serviços, de modo a maximizar, rentabilizar e racionalizar os recursos materiais e humanos de que dispõe a instituição;
- Implementou o processo de avaliação de desempenho para todos os sectores;
- Reestruturou os procedimentos na aquisição, armazenamento e distribuição de produtos e materiais de consumo na instituição;
- Reforçou a capacidade de resposta interna através das obras de conservação e requalificação dos nossos equipamentos garantindo melhores condições de utilização pelos utentes através da continuidade da Remodelação e ampliação da cozinha dos Lares.
- Reforçou a capacidade de resposta interna com a Remodelação de instalações sanitárias em diversos equipamentos sociais.



- Renegociou contratos de fornecimento de gás, eletricidade, e combustíveis, para todos os equipamentos da instituição com vista a minorar os efeitos decorrentes da Guerra na Ucrânia e Inflação que tem provocado uma espiral dos preços extraordinária:

- Apresentou um pedido de apoio financeiro ao Fundo de Socorro Social na sua vertente de apoiar o Equilíbrio Financeiro das IPSS, resultante da necessidade sentida pela instituição de colmatar o efeito da escalada de preços nas contas da SCMB.

- Desencadeou um processo de avaliação imobiliária no exercício de 2022 da qual resultou um incremento do Ativo e dos Fundos Patrimoniais na ordem dos 6.700.000 euros, esta avaliação foi efetuada por entidade independente e teve por referência a data de 30-12-2022, alterando a política do custo de aquisição que vinha sendo seguida, optando-se pelo justo valor, por se entender ser aquela que melhor reflete a realidade da Instituição.

Esta matéria encontra-se mais detalhadamente explicada nas Notas 3.2, 4 e 5 do Anexo às Demonstrações Financeiras.

Apesar das características específicas dos bens em causa e da atividade desenvolvida, é convicção da Mesa Administrativa que a referida avaliação, que terá efeitos materialmente relevantes nas amortizações a partir do ano de 2023 e conseqüentemente nos resultados, cumpre na íntegra o disposto nos normativos contabilísticos aplicáveis às ESNL, nomeadamente o preceituado na NCRF 7, e que a razoabilidade dos valores apurados não poderá ser contestada

- Procedeu-se a uma **análise SWOT** da organização em 2022.

Na análise interna elencamos os pontos fortes e os pontos fracos e na análise externa elencamos as ameaças e as oportunidades, assim:

Análise Interna

Pontos Fortes:



- Experiência adquirida e acumulada;
- Formação contínua dos Recursos humanos;
- Colaboradores competentes e polivalentes;
- Recursos humanos especializados em várias áreas de intervenção;
- Equipamentos situados em várias zonas da cidade, permitindo fácil acesso às famílias;
- Serviços prestados: área concelho de Bragança;
- Possibilidade de negociação da comparticipação familiar dos serviços prestados de acordo com rendimento/ necessidades dos agregados familiares;

Pontos Fracos:

- Média de idade dos recursos humanos elevada;
- Quadro de pessoal desajustado às reais necessidades;
- Equipamento imóvel a necessitar de obras de requalificação (obrigação da Segurança Social);
- Gestão criteriosa dos recursos financeiros disponíveis.

Análise Externa

Ameaças:

- Inflação;
- Taxas de Juro;
- Efeitos da Guerra da Ucrânia;
- Efeitos do Covid-19;
- Envelhecimento da população e desertificação da região;
- Diminuição da taxa de natalidade;
- Instalação de serviços nas mesmas áreas de intervenção da Instituição: entidades públicas (saúde e educação/ infância); entidades privadas (deficiência e capacidade instalada nos serviços prestados a idosos, por exemplo lares);
- Contexto económico-social das famílias: dificuldades financeiras, desemprego, emigração;
- Medidas governamentais: aumento de impostos, dificuldade na celebração de acordos de cooperação para novas áreas de intervenção (saúde e educação);

Oportunidades:

- Envelhecimento da população: alargamento de áreas de atuação (apoio domiciliário);
- Longevidade da população: diversificação de serviços – apoio a pessoas em situação de demências e outras patologias associadas à longevidade das pessoas, envelhecimento ativo da população;
- Recursos humanos cada vez mais especializados, competentes e polivalentes;
- Diversificação de serviços de apoio a famílias com carências económicas;
- Estabelecimento de parcerias com o sector público e privado no sentido de rentabilizar recursos (por exemplo, funcionamento da Unidade de Cuidados Continuados), rede social local;
- Utilização de novas tecnologias de informação: serviço de teleassistência;
- Alargamento da área geográfica de intervenção da Instituição a todo o concelho de Bragança;

4 - PRESSUPOSTOS DE EXPLORAÇÃO

Considerou-se em 2022 as seguintes premissas orientadoras e emanadas da vontade da Mesa Administrativa:

- Ao nível dos Recursos Humanos:

Não proceder a mais contratações, a não ser em casos imprescindíveis ou por imposição da tutela, e sempre que possível com recurso aos colaboradores internos;

Não substituição dos colaboradores que se aposentaram no ano 2022 (e seguintes), exceto em casos devidamente fundamentados e de vital importância para o normal funcionamento da Instituição, e sempre que possível com recurso a colaboradores internos;

Nº Funcionários (média 2022) - 347

Nº Funcionários (média 2021) - 366



- Regularização das carreiras profissionais e suas diferenças remuneratórias;

- **Fornecedores:**

Continuação da renegociação de contratos de aquisição de bens e serviços, nomeadamente, géneros alimentares, eletricidade e combustíveis (gás natural);

- **Utentes:**

Foi feito um controle muito rigoroso das dívidas dos utentes, com recurso aos advogados da SCMB em processo de recuperação das dívidas vencidas.

- **Acordos de cooperação:**

Manifestação do escasso apoio atribuído face à realidade dos custos

5 – JUSTIFICAÇÕES

Valores da Demonstração de Resultados

No que concerne ao saldo negativo apresentado em 2022, importa ressaltar as principais causas para a origem deste valor:

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Importa salientar que não obstante o custo das mercadorias e matérias consumidas ter tido um valor praticamente idêntico ao do ano 2021, sofremos na formação do mesmo dos efeitos da inflação, pois observando o *quadro Anexo na Demonstração de Resultados* verificamos que em 2022 as nossas compras foram de 780 210,60€, em 2021 foram de 699 548,35€ o que significou um acréscimo 80 862,25€ e 11.5% em termos percentuais.



Prestações de Serviços

As Prestações de Serviços na sua maioria referem-se a mensalidades processadas aos utentes, por serviços prestados pela SCMB.

Antes de analisarmos a variação de 2021 para 2022 a qual não tem grande impacto, pois o valor global é sensivelmente o mesmo, o que observado dessa forma sem acrescentarmos um enquadramento destes valores iria desvirtuar a fotografia financeira da sustentabilidade da SCM de Bragança.

Os Valores verificados em 2022 e 2021 são afetados por circunstâncias excecionais no quadro do chamado macro ambiente económico e social com que a Instituição teve de se deparar, enfrentar e sofrer as consequências ao nível das receitas destas rubricas, pois em 2020 foi fortemente afetada pelos efeitos da pandemia, e em 2021 continuou-se a sofrer o efeito da pandemia e ainda o início das obras de requalificação das ERPI'S.

Em 2022 manteve-se parte do efeito da pandemia e das Obras, teve inicio a Guerra entre a Rússia e a Ucrânia a qual provocou um quadro disruptivo de toda a economia mundial, provocando um surto inflacionista com todas as implicações, particularmente negativas para uma IPSS, dado que as nossas receitas estão tabeladas, não dando margem a uma normal reação de agente económico que se quie pela lei da oferta e da procura visando o lucro o qual pode atualizar os preços que pratica de acordo com as suas necessidades.

No nosso caso, visa satisfazer as necessidades dos nossos utentes, garantir o cumprimento das obrigações para com os nossos trabalhadores e parceiros. Para culminar esta tempestade perfeita que atrás referimos, assistimos ao início de uma espiral de crescimento das taxas de juro.

No que concerne à Prestação de Serviços - Terceira Idade, o último ano de normalidade da nossa Instituição foi em 2019, tendo nós, nesse ano uma faturação de 1 391 500,44€, sendo esse valor resultante de uma taxa de

ocupação de cerca de 100%, consideramos que dada a procura existente seria expectável em 2022 um volume de faturação de 1 474 990,47€.

Assim, as nossas contas de 2022 nesta rubrica deveriam ter tido mais 420 292,44€, caso as obras tivessem sido efetuadas num quadro de normalidade.

Em suma, não obstante os valores se manterem de 2021 para 2022, tal significa que temos uma perda potencial de 420 292,44€ relativo à terceira idade.

Subsídios à Exploração

Os rendimentos aqui registados respeitam, na sua maioria, a transferências recebidas do Instituto de Segurança Social a título de comparticipação nos serviços prestados na ação social.

É importante salientar que existe **uma diminuição relativamente a 2021** no “Instituto da Segurança Social “ relativo a valores do Programa Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré- Escolar que até ao encerramento destas Contas de Gerência não foi publicado em Diário da República o Despacho conjunto dos Gabinetes dos Ministros da Educação e do Trabalho Solidariedade e Segurança Social, para que seja dado inicio ao biénio 2021/2022 **o que penaliza as nossas contas de 2022 em pelo menos 168 994,90 €, valor recebido em 2021.**

Importa ainda referir que em 2019 os valores recebidos de subsídios referente à terceira idade, foram 1 132 680,63€; caso em 2022 tivessem funcionado em pleno e tendo atualizados os valores de 2019 com uma taxa média de 3,5% ano, deveríamos ter obtido em 2022 um valor de 1 255 823,26€, o que significa uma perda potencial de 158 090,68€.

Do somatório da perda de Mensalidades da terceira idade pelas razões atrás referidas e dos subsídios a receber pela **resposta social temos uma falta em termos de recebimentos de 578 383,12€.**

Fornecimentos e serviços externos

É importante salientar que em fevereiro de 2022 o mundo foi confrontado com uma guerra na Europa entre a Rússia e a Ucrânia, com impactos sentidos nos preços dos mais diversos produtos/serviços, com especial destaque para os bens e produtos petrolíferos e seus derivados, a que acrescem as inúmeras restrições em vigor nos mais diversos sectores de atividade.

Assim as principais variações desta rubrica, são as seguintes:

Na variação global da rubrica de fornecimentos e serviços externos temos um **acréscimo de 454 850,73€**, do qual é resultante em especial atenção devido ao consumo de Gás que aumentou em **297 894,10€**, em termos percentuais verificou-se um incremento de 204%.

Nos restantes gastos com energia, designadamente eletricidade, tivemos um aumento do valor em **55 436, 57€ dando um incremento de 73%**.

Verificou-se também, um acréscimo de 54 074,58€ relativo a acertos referentes a períodos compreendidos entre 2018 e 2021 da transição de estabelecimentos integrados.

Tivemos um acréscimo de gastos com contencioso e notariado de 19 634,62€ referentes a despesas com processo - Farmácia Confiança.

Gastos com o pessoal

Os grandes valores da rubrica “Outros Gastos” incluem o montante de Subsídio de Alimentação pago aos colaboradores em 2022 no valor de 288 261,29 € e 312 197,75€ em 2021, temos também o registo da Medicina no trabalho no valor de 3 745,00€ em 2022 e 2 240,00€ em 2021.

A variação existente entre o ano 2021 e 2022 nos custos com pessoal, está relacionada com as diuturnidades, o aumento do Salário Mínimo Nacional, e a

nova tabela salarial aprovada pela Convenção Coletiva de trabalho da CNIS, pela qual a nossa Instituição se rege.

Com a pandemia Covid-19 foi aprovada uma medida (MARESS) pelo IEFP que consistia no apoio ao reforço de emergência dos equipamentos sociais e de saúde, tendo este programa um custo de 54 358,22€ participado pelo IEFP a 90%.

Foram feitos acordos na área das educadoras de infância e professoras, por forma a serem pagas diferenças salariais.

No valor das Indemnizações está acrescido o montante de 28 354,73€ que faz parte do plano de reestruturação por 60 meses que teve início em novembro de 2021.

O n.º médio de funcionários durante o ano de 2021 para o ano 2022 diminuiu em 19 pessoas.

6 - OUTRAS INFORMAÇÕES

Desde a data de encerramento de contas, ou seja 31-12-2022, e até à data da assinatura deste Relatório, não são conhecidos da Mesa Administrativa outros acontecimentos ou factos relevantes que possam ter impacto sobre a leitura e apreciação das contas apresentadas e/ou que devessem ser relatados;

As Demonstrações Financeiras e o presente Relatório foram aprovados pela Mesa Administrativa em 23-03-2023, para apreciação em Assembleia Geral a realizar em 31-03-2023.



7- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 2022 pretendeu-se demonstrar de uma maneira clara que a preocupação da Mesa Administrativa com a sustentabilidade da Santa Casa continua a ser a máxima constante.

Todos os esforços destes últimos dois anos na requalificação e adequação das estruturas físicas dos equipamentos, onde se encontrem afetas as respostas sociais da terceira idade tem incrementado uma perda de rendimentos.

Face à conjuntura económica e social a nível nacional, todas as atividades planeadas e executadas, consideram a otimização dos recursos existentes, a manutenção da qualidade dos serviços prestados, assim como, também ter presente a melhoria continua.

Assim ao longo do ano de 2022, apesar das dificuldades ainda sentidas e experienciadas no âmbito da pandemia COVID-19 e por força das adversidades, face a todas as exigências no âmbito das suas respostas sociais, foi possível dar continuidade correspondente às necessidades e expetativas dos nossos utentes e colaboradores, seguindo e trabalhando de forma a garantir a satisfação pessoal e comunitária.

O mundo encontra-se confrontado com uma guerra na europa entre a Rússia e a Ucrânia desde fevereiro de 2022, com impactos sentidos nos preços dos mais diversos produtos e serviços, com especial destaque para os bens de primeira necessidade e produtos petrolíferos e seus derivados, a que cresce as inúmeras restrições em vigor nos mais diversos setores de atividade.

A confiança e o mandato que os Irmãos concederam à Mesa Administrativa e ao Provedor é um sinal que devemos continuar a protagonizar este tempo de reformas na mudança e preparação da Misericórdia de Bragança para os tempos futuros, com prudência, cautela e precaução, mas também, com a audácia que a situação exige e reclama.

Uma palavra de agradecimento aos nossos colaboradores sem os quais o trabalho não seria possível e que acreditem, tal como nós, que a sustentabilidade da Instituição é igualmente decisiva para as suas famílias e para a comunidade.

Um agradecimento Institucional a todos os nossos parceiros, desde as áreas da saúde, social, educação e de apoio financeiro e contabilístico, entre outros organismos que colaboram de forma musculada com a Instituição.

Terminámos 2022, convictos que a nossa capacidade de adaptação e resiliência foi definida pela vital importância do nosso trabalho na vida, daqueles que cuidamos diariamente.

SC Misericórdia de Bragança, 23-03-2023.

A Mesa Administrativa

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Anexo DR





DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período Findo em 31 de Dezembro de 2022

Montantes expressos em Euros

RUBRICA	Notas	PERÍODOS	
		31-12-2022	31-12-2021
Vendas e serviços prestados	14	1 961 266.48	1 972 782.37
Subsídios, doações e legados à exploração	15	5 252 049.73	5 218 172.21
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-803 726.48	-803 874.17
Fornecimentos e serviços externos	16	-1 403 587.20	-948 736.47
Gastos com o pessoal	17	-6 034 257.99	-5 905 062.82
Imparidades	7	0.00	0.00
Reversões		0.00	692.62
Outros rendimentos	18	197 769.67	205 652.71
Outros gastos	19	-89 709.97	-27 988.57
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-920 195.76	-288 362.12
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-262 597.49	-261 828.47
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-1 182 793.25	-550 190.59
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados	20	-89 880.77	-137 764.81
Resultado antes de impostos		-1 272 674.02	-687 955.40
Imposto sobre o Rendimento do Período		0.00	0.00
Resultado Líquido do Período		-1 272 674.02	-687 955.40

Bragança, 23 de Março de 2023

Contabilista Certificado,
Membro nº 89124

Mesa Administrativa,



BALANÇO
Período Findo em 31 de Dezembro de 2022

RUBRICAS	Notas	Montantes expressos em Euros	
		DATAS	DATAS
		31-12-2022	31-12-2021
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos Fixos Tangíveis	5	10 546 812.97	3 048 974.85
Ativos Intangíveis	5	1 230 769.22	1 346 153.84
Outros créditos e ativos não Correntes		66 656.05	58 685.91
		11 844 238.24	4 453 814.60
Activo corrente			
Inventários	6	97 019.63	95 927.16
Créditos a Receber			
Clientes/Utentes/Arrendatários	7	1 135 403.59	1 137 376.34
Adiantamento a Fornecedores	7	40 873.97	41 008.05
Estado e outros entes públicos	13	13 129.40	18 909.41
Irmãos	7	22 828.84	20 123.84
Outras contas a receber	7	643 885.48	798 439.84
Diferimentos	8	129 213.52	157 884.10
Caixa e Depósitos Bancários	7	141 576.59	23 012.41
		2 223 931.02	2 292 681.15
TOTAL DO ACTIVO		14 068 169.26	6 746 495.75
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		1 569 642.64	1 569 642.64
Resultados transitados		-4 905 881.87	-4 575 711.54
Excedentes de Revalorização	5	7 930 740.21	1 500 000.00
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	10	2 863 348.30	2 218 031.62
		7 457 849.28	711 962.72
Resultado líquido do período		-1 272 674.02	-687 955.40
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS	9	6 185 175.26	24 007.32
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos Obtidos	11	3 225 022.68	3 137 604.27
		3 225 022.68	3 137 604.27
Passivo corrente			
Fornecedores	11	1 601 747.36	1 339 580.42
Estado e outros entes públicos	13	291 587.09	146 330.97
Financiamentos Obtidos	11	547 839.85	381 408.22
Diferimentos	12	258 777.59	15 657.52
Outros Passivos Correntes	11	1 958 019.43	1 701 907.03
		4 657 971.32	3 584 884.16
TOTAL DO PASSIVO		7 882 994.00	6 722 488.43
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E DO PASSIVO		14 068 169.26	6 746 495.75

Bragança, 23 de Março de 2023

Contabilista Certificado,
Membro nº 89124



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Período Findo em 31 de Dezembro de 2022

Montantes expressos em Euros

Rubricas	Notas	PERÍODOS	
		31.12.22	31.12.21
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais			
Recebimentos de clientes/utentes		2 259 453.50	3 322 716.80
Pagamentos a fornecedores		-1 665 671.45	-2 104 899.11
Pagamentos ao pessoal		-5 727 100.37	-6 516 719.61
Recebimentos de Subsídios		5 153 697.65	3 636 113.84
Caixa gerada pelas operações		20 379.33	-1 662 787.08
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		153 652.16	53 726.39
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)		174 031.49	-1 609 060.69
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-226 870.59	-40 215.82
Activos intangíveis			
Propriedades de Investimento			
Juros e rendimentos similares			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
		-226 870.59	-40 215.82
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Outras operações de financiamento			
		0.00	0.00
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)		-226 870.59	-40 215.82
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		806 000.00	3 417 583.21
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Suprimentos			
Outras operações de financiamento			
		806 000.00	3 417 583.21
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-552 184.96	-1 686 696.90
Juros e gastos similares		-82 411.76	-135 871.65
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Suprimentos			
Outras operações de financiamento			
		-634 596.72	-1 822 568.55
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)		171 403.28	1 595 014.66
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		118 564.18	-54 261.85
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		23 012.41	77 275.26
Caixa e seus equivalentes no fim do período		141 576.59	23 012.41

Bragança, 23 de Março de 2023

Contabilista Certificado,
Membro nº 89124

Mesa Administrativa,



Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2022

(Montantes expressos em euros)

1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Santa Casa da Misericórdia de Bragança, pessoa coletiva nº 500 843 929, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social sem fins lucrativos. Tem a sede na Rua Emídio Navarro em Bragança.

As Respostas que a Santa Casa dispõe atualmente são as seguintes:

- Creche Familiar / Serviço de Amas;
- Creche (Cinderela/ São João de Deus/ Coxa);
- Pré-escolar (Cinderela/ São João de Deus/ Coxa);
- Atl Cinderela,
- Centro de Dia, (no ano de 2022 encontrou-se todo ano suspenso devido às orientações da DGS, Pandemia SARS COV2(COVID-19);
- ERPI (Estrutura Residencial para pessoas Idosas): Santa Teresa D'Avila/ Imaculada Conceição/ Santa Isabel;
- Serviço de Apoio Domiciliário;
- Cantina Social;
- Centro de Educação Especial (CAO e Lar Residencial);
- Unidade de Cuidados Continuados (Longa Duração Manutenção e Reabilitação/ Média Duração e Reabilitação e Privados);
- Museu Etnográfico Dr. Belmiro Afonso;
- Bairro de Habitação Social Santa Isabel;
- SAAS (Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social);
- POAPMC (Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas).

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pela Mesa Administrativa, em 23 de Março de 2023.

A Mesa Administrativa entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Instituição, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de Março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº98/2015, de 2 de Junho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 e às entidades do sector não lucrativo.

2.2 - No presente exercício não foram derrogadas quaisquer disposições à normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ENSL).

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro - ENSL.

3.2 - Ativos fixos tangíveis

3.2.1 - Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis:

a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta;

Todas as classes de "Ativos Fixos Tangíveis" à exceção dos Edifícios e outras construções encontram-se registados genericamente ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

A classe dos Edifícios e Outras Construções foi sujeita a uma avaliação imobiliária, efetuada de acordo com a NCRF 7 por um avaliador devidamente qualificado e inscrito na CMVM (Engenheira Joana Andrade datada a 30 dezembro de 2022). O método utilizado na avaliação foi o do justo valor, partindo do custo de reconstrução e deduzindo o estado de depreciação/ desgaste em que os bens se encontravam. Nesta reavaliação chegou-se a um período de vida útil diferente daquele que estava a ser considerado para efeitos de depreciação, tendo desta forma sido efetuado um ajustamento afetando deste modo a quantia escriturada.

Em consequência deste trabalho de avaliação dos bens foram apuradas novas vidas uteis tendo sido definidas depreciações em função do período remanescente tendo por base uma vida útil de 50 anos para os edifícios, ou seja, a este último foi deduzido o estado de depreciação apurada pela avaliação.

Relativamente a esta matéria ver nota cinco adiante.

b) Métodos de depreciação usados;

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, sendo que o valor residual dos bens depreciáveis é nulo.

No ano de 2021 a Mesa Administrativa entendeu que, indo ao encontro da realidade da Instituição, mostrou-se necessário ajustar as taxas de Depreciação. Desta forma foi considerado que todos os bens teriam uma vida útil superior à que estava a ser considerada tendo as mesmas sido reduzidas em 50% quando comparadas com o ano de 2020.

Este critério manteve-se em 2022. Caso fossem mantidas as taxas de depreciação de 2020, o Ativo e o resultado seriam inferiores 294 047€

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas;

Classe de Bens	Ano 2022
Edifícios e Outras Construções	50
Edifícios e Outras Construções para a Saúde	20
Equipamento básico	7
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	5
Outros ativos fixos tangíveis	7

As vidas úteis e método de depreciações dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

3.3 Imparidade de ativos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Instituição com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no Fundo de Capital. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de



“Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.4 Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O custo inclui o custo de aquisição, taxas associadas aos inventários e as despesas de transporte ou envio dos mesmos. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados “Perdas por imparidade em inventários” e “Reversões de ajustamentos em inventários”.

3.5 Ativos e passivos financeiros

a) Clientes, Utentes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes, utentes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

c) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo.

d) Financiamentos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são registados ao custo.

3.6 Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Instituição irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no Fundo de Capital, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.7 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Instituição não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

3.8 Principais pressupostos Relativos ao Futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para o setor não lucrativo – ESNL. Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a Instituição continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver a intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.9 Principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.



As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas relacionam-se com a estimativa das vidas úteis de ativos fixos, com a responsabilidade associada a férias e subsídios de férias a pagar em 2023 relativos a 2022 e análise de imparidade de ativos e respetivos ajustamentos.

3.10 Especialização de exercícios

A Instituição regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

4 ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS E CORRECÇÕES DE ERROS

No exercício de 2022 verificaram-se as seguintes alterações:

- I. Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espere que tenham efeito em períodos futuros;
- II. Foi necessário efetuar uma retificação às depreciações acumuladas do edifício UCCI, após ter sido efetuada a avaliação ao património detetou-se que a vida útil do bem era inferior ao até então considerado, passando para 50 anos. O valor corrigido foi de 742 215,37€. Em consequência deste ajustamento foi necessário retificar os subsídios ao investimento já reconhecidos relativos a este bem, subsídios este da CCDRN e CMB no valor de 653 661,08€. Sendo estas correções materialmente relevantes foram levadas a Resultados Transitados.

No exercício 2022 procedeu-se a uma avaliação imobiliária da qual resultou um incremento do Ativo e Fundos Patrimoniais em 6 699 970,99€.

Esta avaliação, efetuada por uma entidade independente e com referência a 30 dezembro de 2022, altera a política do custo de aquisição que vinha sendo seguida, optando-se pelo justo valor, por se entender ser aquela que melhor reflete a realidade da instituição.

Os efeitos desta alteração serão materialmente relevantes nos resultados a partir de 2023. Importa ainda realçar que a referida avaliação imobiliária cumpre na íntegra o disposto na NCRF 7 no que ao modelo de revalorização diz respeito, nomeadamente nos pontos 31 a 33 deste normativo.

Esta questão é particularmente relevante atentas as características dos próprios bens e tipos de atividade desenvolvida pela SCMB.

5 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

2022							
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. Equipam. administ.	Outros ativos fixos intangíveis	Total
Ativos							
Saldo inicial	104 127.60	6 432 629.30	1 844 437.64	305 279.51	615 137.92	36 346.34	9 337 958.31
Aquisições	0.00	0.00	10 390.81	0.00	1 366.10	0.00	11 756.91
Alienações							
Doações							
Abates							
Reavaliação_30-12-2022		9 979 141.95					9 979 141.95
Ativos Fixos Tangíveis em curso		191 107.72					191 107.72
Saldo final	104 127.60	16 602 878.97	1 854 828.45	305 279.51	616 504.02	36 346.34	19 619 964.89
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial	2 371.97	3 321 091.59	1 983 690.37	310 707.63	639 245.37	31 876.53	6 288 983.46
Amortizações do exercício	0.00	115 835.60	21 832.16	3 302.92	6 242.19	0.00	147 212.87
Perdas por imparidade do exercício							
Reversões de perdas por imparidade							
Alienações							
Reavaliação_30-12-2022		3 279 170.96					3 279 170.96
Regularização		-742 215.37					-742 215.37
Abates							0.00
Saldo final	2 371.97	5 973 882.78	2 005 522.53	314 010.55	645 487.56	31 876.53	8 973 151.92
Ativos líquidos	101 755.63	10 628 996.19	-150 694.08	-8 731.04	-28 983.54	4 469.81	10 546 812.97

As depreciações destes ativos foram calculadas segundo o método das quotas constantes. Para os bens adquiridos a partir do exercício de 2013, de acordo com a NCRF – ESNL, que para o efeito coincidem com as taxas definidas na Portaria 737/81, de 29 de Agosto para bens adquiridos antes de 1 de Janeiro de 1989, no Decreto Regulamentar 2/90, de 12 de Janeiro, para bens adquiridos entre 1 de Janeiro de 1989 e 31 de Dezembro de 2009, e no Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de Setembro, para bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2010, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

O saldo dos Ativos Fixos Tangíveis em curso diz respeito à remodelação e adaptação das instalações sanitárias das ERPI's e à remodelação e reconversão da cozinha da SCMB.

Existência de quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis que foram dados como garantia de passivos, no montante de 5 582 190€.

A normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo prevê o reconhecimento de ativo intangível associado a contratos de comodato em vigor.

A 31-12-2022, estavam vigentes dois contratos de Comodato, conforme detalhe abaixo.

Local	Entidade Cedente	Data do Contrato	Duração
Centro Infantil Coxa Rua Padre António Vieira	Instituto da Segurança Social	14-01-1993	3 Anos Renováveis
Centro de Educação Especial Rua Vale D'Álvaro	Instituto da Segurança Social	01-09-2013	20 Anos Renováveis

	Contrato Comodato CEE	
	2022	2021
Ativos		
Saldo inicial	1.500.000,00	1.500.000,00
Aquisições	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00
Doações	0,00	0,00
Abates	0,00	0,00
Saldo final	1.500.000,00	1.500.000,00
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade		
Saldo inicial	153.846,16	38.461,54
Amortizações do exercício	115.384,62	115.384,62
Perdas por imparidade do exercício	0,00	0,00
Reversões de perdas por imparidade	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00
Regularização	0,00	0,00
Abates	0,00	0,00
Saldo final	269.230,78	153.846,16
Ativos líquidos	1.230.769,22	1.346.153,84

O saldo dos Ativos Intangíveis a 31-12-2022 de 1 230 769,22€ é referente ao contrato de comodato do Equipamento Centro de Educação Especial, nomeadamente das respostas sociais Centro de Atividades Ocupacionais e Lar Residencial.

O critério seguido para o apuramento do valor teve por base o período de vida útil remanescente, ou seja, 13 anos contados entre 1 de setembro de 2020 e 31 de agosto de 2033.

Revalorização dos Ativos Fixos Tangíveis- Imóveis

Conforme referido anteriormente, no exercício em curso e com referência a 30 de dezembro de 2022, foi efetuada uma avaliação imobiliária dos edifícios e outras construções propriedade da instituição. Esta avaliação foi efetuada por uma entidade independente (Engenheira Joana Andrade), teve por finalidade ajustar o valor dos referidos bens á realidade existente, dado o desfasamento entre o seu valor líquido contabilístico e o justo valor.

Consequência desta alteração de critério, foram definidas novas vidas úteis para esses bens com efeitos materialmente relevantes nas amortizações a partir do exercício de 2023. Vidas úteis determinadas a partir de um máximo de 50 anos, deduzidas das apuradas a partir da depreciação física e funcional constante do Relatório de Avaliação Imobiliária.

A evolução dos dados pode ser apresentada da seguinte forma:

Descrição	Valor na contabilidade V. Aquisição 31/12/2022	Reavaliação V. Aquisição	Valor na contabilidade V. Amort. Acum 31/12/2022	Reavaliação V. Amort. Acum	Valor líquido 31/12/2022
Edifício Jardim Cinderela	69 891.31	350 618.69	44 109.85	251 929.19	98 689.50
Edifício R. Herculano da Conceição	256 540.91	451 799.09	161 908.26	89 552.44	362 246.65
Edifício - Lar de Santa Isabel	397 753.23	1 559 062.77	251 030.27	997 418.34	561 644.43
Lar Imaculada Conceição	988 924.40	2 873 347.60	624 130.60	1 476 944.40	1 396 403.20
Edifício - Escola Primária	216 469.73	453 992.27	136 618.51	148 327.84	305 664.43
Secretaria	11 535.60	31 264.40	7 280.35	14 975.65	16 288.75
Portaria	3 244.39	8 793.11	2 047.60	4 211.90	4 581.21
Lar Sta Teresa d' Avila	190 135.51	552 444.49	119 998.45	283 965.07	268 479.42
Jardim Infantil São João de Deus	166 035.73	377 524.27	104 788.57	143 074.79	234 449.48
Rua do Loreto Nº 94	9 069.86	85 946.14	5 724.18	73 139.10	12 807.04
Rua Almirante Reis Nº 45	122 514.56	222 720.94	77 321.46	49 725.20	172 995.74
Rua Alexandre Herculano Nº 138	101 035.63	255 274.37	63 765.67	112 607.78	142 666.59
Rua Emidio Garcia Nº 14	13 395.27	51 607.23	8 454.03	32 692.55	18 914.68
Rua Emidio Garcia Nº 20	10 083.55	50 585.45	6 363.94	36 347.04	14 238.41
Rua Emidio Garcia Nº 22	33 037.96	76 530.04	20 850.94	29 879.04	46 651.00
Rua Emidio Garcia Nº 24	33 037.96	76 530.04	20 850.94	29 879.04	46 651.00
Rua Marquês de Pombal/Rua 1º de Dezembro	84 029.63	365 370.37	53 032.83	246 716.97	118 653.40
Unidade de Cuidados Continuados	3 025 949.32	2 135 730.68	1 210 379.75	-742 215.37	2 877 946.05
TOTAL	5 732 684.55	9 979 141.95	2 918 656.21	3 279 170.96	6 699 970.99

Nesta avaliação foram considerados os custos de construção e os custos indiretos, (projetos, licenças e taxas).

Este trabalho permitiu ainda acertar/ decompor os valores brutos que constavam nos registos por um agregado.

6 INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 os inventários da Instituição eram detalhados conforme se segue:

	2022			2021		
	Montante bruto	Perdas por Imparidade	Montante Líquido	Montante bruto	Perdas por Imparidade	Montante Líquido
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MP, Subsidiárias e de Consumo	97.019,63	0,00	97.019,63	95.927,16	0,00	95.927,16
Saldo final	97.019,63	0,00	97.019,63	95.927,16	0,00	95.927,16

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 2022 e 2021 é detalhado conforme se segue:

	2022				2021			
	Mercadorias	MP, subsid. consumo	Outros	Total	Mercadorias	MP, subsid. consumo	Outros	Total
Saldo inicial	0,00	95.927,16	0,00	95.927,16	0,00	150.338,35	0,00	150.338,35
Compras	0,00	780.210,60	0,00	780.210,60	0,00	699.548,35	0,00	699.548,35
Regularizações	0,00	24.608,35	0,00	24.608,35	0,00	49.914,63	0,00	49.914,63
Saldo final	0,00	97.019,63	0,00	97.019,63	0,00	95.927,16	0,00	95.927,16
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	0,00	803.726,48	0,00	803.726,48	0,00	803.874,17	0,00	803.874,17

Não se mostrou necessário o reconhecimento de qualquer perda por imparidade relativo a este ativo. O valor que se encontra em regularizações diz essencialmente respeito ao valor do rappel e donativos em espécie dos fornecedores.

Importa salientar que não obstante o custo das mercadorias e matérias consumidas ter tido um valor praticamente idêntico ao do ano 2021, sofremos na formação do mesmo dos efeitos da inflação, pois

observando o quadro verificamos que em 2022 as nossas compras foram de 780 210,60€, em 2021 foram de 699 548,35€ o que significou um acréscimo 80 862,25€ e 11.5% em termos percentuais.

7 ACTIVOS FINANCEIROS

Categorias de ativos financeiros

As categorias de ativos financeiros são as apresentadas a seguir:

ACTIVOS FINANCEIROS	2022			2021		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Disponibilidades:						
Caixa	3.507,67	0,00	3.507,67	3.010,94	0,00	3.010,94
Depósitos à Ordem	137.735,22	0,00	137.735,22	19.667,77	0,00	19.667,77
Outros Depósitos Bancários	333,70	0,00	333,70	333,70	0,00	333,70
	141.576,59	0,00	141.576,59	23.012,41	0,00	23.012,41
Ativos financeiros ao custo amortizado:						
Clientes, Utentes e Arrendatários	1.265.409,38	130.005,79	1.135.403,59	1.267.382,13	130.005,79	1.137.376,34
Adiantamento a Fornecedores	40.873,97	0,00	40.873,97	41.008,05	0,00	41.008,05
Irmãos	22.828,84	0,00	22.828,84	20.123,84	0,00	20.123,84
Outras Contas a Receber	643.885,48	0,00	643.885,48	798.439,84	0,00	798.439,84
	1.972.997,67	130.005,79	1.842.991,88	2.126.953,86	130.005,79	1.996.948,07
	2.114.574,26	130.005,79	1.984.568,47	2.149.966,27	130.005,79	2.019.960,48

É opinião da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Bragança, não existir situações de perda de valor nestes ativos que impliquem o reconhecimento de imparidades no exercício. Ou seja, é sua convicção que as imparidades acumuladas são suficientes e adequadas para fazer face a eventuais perdas.

O saldo a receber de utentes, no valor de 848 884,85€ respeita a mensalidades e extras processados até 31.12.2022, decorrente de prestações de serviços efetuadas pela Instituição. Para além deste montante, o valor do ativo apresentado engloba saldos a receber de clientes (valor de 272 743,47 €) e arrendatários (valor de 13 775,64€), pela prestação de serviços na Unidade de Cuidados Continuados e pelo arrendamento de imóveis da Instituição, respetivamente.

A Rubrica de “Outras contas a receber” apresenta a seguinte composição:

	2022	2021
Devedores por Ac. Rendimentos	168 675.16	301 445.97
Outros Devedores	473 209.52	495 623.87
Pessoal	2 000.80	1370.00
	643 885.48	798 439.84

A rubrica “Devedores por Acréscimos de Rendimentos” é composta essencialmente por rendimentos UCCI no valor de 153 133,54€ e pela prestação de serviços na Cantina Social com um valor de 2 170€. Também engloba os Acertos dos Acordos de Cooperação no valor de 13 371,62€, que só foram recebidos em Janeiro de 2023.

A rubrica “Outros Devedores” apresenta os montantes que nos faltam receber dos projetos; POISE-Formação Saúde, POAPMC (Programa Operacional de Apoio às Pessoas mais Carenciadas), IEFP relativo a bolsas de estágios, CEI e MAREES, bem como montantes relativos a financiamentos do Portugal 2020 cujas candidaturas foram aprovadas em 2020 e o PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) aprovado em 2021.

8 DIFERIMENTOS ACTIVOS

Em 2022 e em 2021 as rubricas do ativo corrente “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

	2022	2021
Gastos a Reconhecer	129.213,52	157.884,10
	129.213,52	157.884,10

A rubrica de “Gastos a Reconhecer” em 2022 é composta, essencialmente, por diferimentos de prémios de seguros e de outros gastos referentes a 2023 ou anos posteriores.

Tal como no ano 2021, temos nesta rubrica registados valores (108.693,13€) relativos a indemnizações já liquidadas às Professoras do ensino escolar, relacionadas com o encerramento desta valência no ano de 2021. Sendo opinião da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Bragança que este encerramento faz parte de um Plano de reestruturação de viabilidade económica devidamente homologado com uma duração de 60 meses, optou-se pelo diferimento destes encargos pelo período atrás referido.

9 FUNDOS PATRIMONIAIS

A decomposição desta rubrica pode ser decomposta da seguinte forma:

Rúbrica	Saldo em 01/01/2022	Aplicação RLE	Alteração valor subsídios aprovados	Reavaliação - valor aquisição	Reavaliação - amortizações	Correções Imputação Subsídios revalorização UCC	Correção amortizações revalorização UCC	Imputação Subsídio ao Investimento	Amortização Excedente Revalorização	Saldo em 31/12/2022
Fundo Social	1 569 642,64									1 569 642,64
Resultados transitados	(4 575 711,54)	(687 955,40)				(653 661,08)	742 215,37		269 230,78	(4 905 881,87)
Ajustamentos em ativos financeiros	47 791,52									47 791,52
Excedentes de revalorização AFT e AFI										
Contrato de Comodato CEE	1 500 000,00								(269 230,78)	1 230 769,22
Avaliação Imobiliária_30/12/2022	-			9 979 141,95	(3 279 170,96)					6 699 970,99
Subsídios ao Investimento	2 098 739,55		79 274,70			653 661,08		(87 059,15)		2 744 616,18
Doações Particulares	71 500,55							(559,95)		70 940,60
Resultado líquido do exercício	(687 955,40)									(1 272 674,02)
	24 007,32	(687 955,40)	79 274,70	9 979 141,95	(3 279 170,96)	-	742 215,37	(87 619,10)	-	6 185 175,26

A rubrica de “Subsídios ao Investimento e Doações Particulares” estão mais detalhadas na nota 10.

Fundos

A Instituição foi criada em 1518 com um fundo inicial que se mantém sem variação até à data, no valor de 1 569 642,64€.

Resultados Transitados

A variação ocorrida em Resultados Transitados resulta da aplicação do resultado líquido negativo do ano anterior, no montante de 687 955,40€, de acordo com a Ata da Assembleia Geral, e, das correções positivas no valor de 742 215,37€ resultantes da retificação às depreciações acumuladas do edifício UCCI, que após ter sido efetuada a reavaliação ao património se detetou que a vida útil do bem era inferior ao até então considerado, passando para 50 anos. Em consequência desta alteração teve que se retificar os subsídios ao investimento atribuídos da CCDRN e CMB que gerou uma correção a negativa no valor de 653 661,08€.

Aplicação de resultados

De acordo com a ata da Assembleia Geral, o resultado líquido negativo do ano anterior, no montante de 687 955,40 € foi aplicado na totalidade em Resultados Transitados.

Excedentes de Revalorização

O critério seguido para o apuramento do valor teve por base o período de vida útil remanescente, ou seja, 13 anos contados entre 1 de setembro de 2020 e 31 de agosto de 2033.

Os resultados de exploração das duas valências que integram o equipamento Centro de Educação Especial, com referência ao ano 2019, pressupondo que os resultados dos próximos anos não irão diferir significativamente dos atuais.

Para atualização dos cash-flows foi utilizada a taxa de 4%.

Da conjugação destes elementos, apurou – se um valor a atribuir a este direito no valor de 1 500 000,00€.

Temos nesta rubrica uma variação positiva de 6 699 970,99€ resultante de uma Reavaliação dos Ativos fixos tangíveis. Remetemos o seu detalhe para a nota 5 deste relatório.

10 SUBSÍDIOS E APOIOS DO ESTADO, AUTARQUIAS E OUTRAS INSTITUIÇÕES

Os subsídios recebidos do Estado, Autarquias e Outras Instituições reconhecidos na rubrica de Fundos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 referem-se, a apoios concedidos no âmbito da Construção da Unidade de Cuidados Continuados e Integrados (UCCI), no valor de 2 212 839,20€, na remodelação e adaptação das instalações sanitárias dos ERPI'S Lar Sta. Teresa D'Ávila, Imaculada Conceição e Sta. Isabel no valor de 142 124,70€ e na remodelação e reconversão da cozinha da Santa Casa da Misericórdia de Bragança no valor de 269 100,00€.

Subsídios	Saldo Inicial 01/01/2022	Aumentos	Regularizações	Imputações do Exercício	Saldo Final 31/12/2022
Subsídios relacionados com ativos:					
UCC - Feder	1 210 409.31		498 081.08	-57 951.19	1 650 539.20
UCC – Município de Bragança	187 500.00		77 790.00	-7 500.00	257 790.00
UCC – Projecto 06/2007-2014	50 050.00		0.00	-3 330.00	46 720.00
UCC – Projecto 06/2007-2015	62 500.00		25 930.00	-2 500.00	85 930.00
UCC – Projecto 06/2007-2016	62 500.00		25 930.00	-2 500.00	85 930.00
UCC – Projecto 06/2007-2017	62 500.00		25 930.00	-2 500.00	85 930.00
Subsídios PIDDAC/ValorN/CDSS	78 009.09		0.00	-6 680.05	71 329.04
CA. Autocarro	4 292.00		0.00	-1 428.00	2 864.00
FSS Dp.249/SUB/FSS/MSESS/2015	24 029.15		0.00	-2 669.91	21 359.24
Norte-07-FEDER-00568	142 950.00		-825.30	0.00	142 124.70
Norte-07-FEDER-00413	189 000.00	80 100.00	0.00	0.00	269 100.00
PRR-RE C03-i01-000135	25 000.00		0.00	0.00	25 000.00
Lojas ME23/24 Porto	23 135.55		0.00	-259.95	22 875.60
Terreno Lojas ME23/24 Porto	8 665.00		0.00	0.00	8 665.00
Dação Artigo4402-P	29 700.00		0.00	-300.00	29 400.00
Terreno Dação Artigo4402-P	10 000.00		0.00	0.00	10 000.00
Ajustamentos em activos financeiros- Lucros fi atribuídos	47 791.52		0.00	0.00	47 791.52
	2 218 031.62	80 100.00	652 835.78	-87 619.10	2 863 348.30

No ano de 2022 a Mesa Administrativa manteve a mesma políticas de 2021 relativamente à redução em 50% das taxas de amortizações dos ativos fixos tangíveis a que estes subsídios foram atribuídos e mantiveram essa mesma redução respeitando os princípios elencados na NCRF-ESNL.



Em consequência do ajustamento efetuado às depreciações acumuladas do edifício UCCI, resultantes da reavaliação efetuada, foi necessário retificar os subsídios ao investimento já reconhecidos relativos a este bem, subsídios este da CCDRN UCC-Feder e CMB no valor de 653 661,08€.

Em junho de 2022 foi feita uma reprogramação financeira e temporal na candidatura Norte-07-FEDER-568, que gerou uma redução do valor de 825,30€.

11 PASSIVOS FINANCEIROS

Fornecedores e outros passivos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 as rubricas de “Fornecedores” e de “Outros passivos correntes” apresentavam a seguinte composição:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fornecedores		
Fornecedores, conta corrente (saldos credores)	1 601 747.36	1 339 580.42
Outros passivos financeiros		
Outros Passivos Correntes	1 958 019.43	1 701 907.03
	<u>3 559 766.79</u>	<u>3 041 487.45</u>

A rubrica “Fornecedores”, apresenta um aumento considerável quando comparada com o ano anterior, totalmente gerados pela inflação registada no preço dos bens de 1ª necessidade, produtos petrolíferos e seus derivados, ocasionada pela guerra entre a Rússia e a Ucrânia.

Outros Passivos Correntes

Em 2022 e em 2021 a rubrica “Outros Passivos Correntes” apresentava a seguinte composição:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Credores por Ac. Gastos	1 329 069.64	1 658 716.99
Outros Credores	628 949.79	43 190.04
	<u>1 958 019.43</u>	<u>1 701 907.03</u>

O montante relativo a “Outros Credores” decompõe-se da seguinte forma:

- Valor Global de 18 639,51€ a transferir para três Instituições, que são elas a S.C.M. de Vinhais, a Cáritas Diocesana de Bragança – Miranda e a Cruz Vermelha Portuguesa no âmbito do POAPMC;
- Não foram detetados os ordenantes de transferências bancárias no valor de 5 022,82€;
- A instituição foi notificada pela Segurança Social em Abril de 2022 dos valores em débito relativamente ao período de janeiro de 2018 a junho de 2022, estes gastos dizem respeito ao Centro de Educação Especial, mais concretamente, aos gastos com pessoal afeto a este centro de custos, mas pertencendo aos quadros da Segurança Social (600 667,01€).

O montante de credores por acréscimos de gastos diz respeito a:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Remunerações a liquidar	897 250.60	828 504.14
Outros gastos a pagar	431 819.04	830 212.85
	<u>1 329 069.64</u>	<u>1 658 716.99</u>

O montante de Remunerações a Liquidar evidenciado acima respeita à estimativa de férias e subsídio de férias a processar em 2023, relativa aos direitos adquiridos referentes a 2022.

O montante de “Outros Gastos a Pagar” inclui gastos relativos a 2022 cujos documentos de suporte estão datados com o ano de 2023, bem como os gastos inerentes ao Centro de Educação Especial, mais concretamente, aos gastos com pessoal (treze trabalhadores) afeto a este centro de custos, mas pertencendo aos quadros da Segurança Social (306 810,28€).

Financiamentos Obtidos

	2022	2021
Não Corrente		
Fundo Reestruturação. S.Solidario	0,00	50.100,00
Empréstimos EuroBic	1.962.793,52	2.087.504,27
C/Caucionada EuroBic nº 83352332.40.001	0,00	0,00
Empréstimos Montepio Geral- 100425-8	490.000,00	500.000,00
Empréstimos Montepio Geral-100426-6	490.000,00	500.000,00
Santader 95096	282.229,16	0,00
	<u>3.225.022,68</u>	<u>3.137.604,27</u>
Corrente		
Fundo Reestruturação. S.Solidario	133.600,00	83.500,00
Empréstimos EuroBic	126.469,01	130.325,01
C/Caucionada EuroBic nº 83352332.40.001	250.000,00	161.000,00
Empréstimos Montepio Geral- 100425-8	10.000,00	0,00
Empréstimos Montepio Geral-100426-6	10.000,00	0,00
Descobertos Bancários	0,00	6.583,21
Santader 95096	17.770,84	0,00
	<u>547.839,85</u>	<u>381.408,22</u>
	<u><u>3.772.862,53</u></u>	<u><u>3.519.012,49</u></u>

No ano de 2022 a instituição, contraiu um novo financiamento com a entidade bancária Santander Totta. S.A, "Linha de apoio ao setor social COVID-19" no valor de 300 000.00€.

12 DIFERIMENTOS PASSIVOS

No final dos exercícios de 2022 e 2021 as rubricas do passivo corrente “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

	2022	2021
Rendimentos a Reconhecer	258 777.59	15 657.52
	258 777.59	15 657.52

O saldo apresentado nesta rubrica tem por base os subsídios a imputar em exercícios futuros (POISE- Formação Saúde no montante de 627,93€, IEF- 39.945,88€, Apoio Comp. À Execução, Casa Abrigo - Autonomização e Casa Abrigo, – no valor de 5.228,50€).

Em 2022 existiu a 3ª adenda ao compromisso de cooperação no setor social e solidário onde regulamenta que a comparticipação financeira dos acordos de cooperação celebrados para as respostas sociais típicas e atípicas aumenta 5%, em 2023, face ao observado em 2022, mas como o setor social está com muitas dificuldades financeiras decidiram adiantar o montante correspondente a 4,2% do total da atualização dos valores das comparticipações financeiras em Dezembro de 2022, o mesmo aconteceu com a comparticipação adicional extraordinária relativa a 2023 no valor de 212.975,28.

13 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 2022 e em 2021 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2022		2021	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	0.00	0.00	0.00	0.00
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	0.00	40 964.23	0.00	35 695.70
Créditos I.G.F.S.S.	0.00	0.00	9 476.94	0.00
IVA- Reembolsos pedidos	13 129.40	0.00	9 432.47	0.00
Contribuições para a Segurança Social /CGA/ADSE	0.00	247 603.90	0.00	101 024.75
Plano Prestacional a Segurança Social	0.00	0.00	0.00	0.00
Outros Impostos	0.00	3 018.96	0.00	9 610.52
	13 129.40	291 587.09	18 909.41	146 330.97

A rubrica de Contribuições para a Segurança Social/CGA inclui, para além dos encargos referentes a dezembro de 2022, os encargos com a Segurança Social de Novembro 2022(135.821,46€, valor este corresponde á parte da entidade patronal), os mesmos já se encontram em plano prestacional à data deste relatório.

14 RÉDITO

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

	2022	2021
Prestação de Serviços		
Utentes	1 838 623.99	1 839 215.98
Quotizações e Joias	4 290.00	5 169.00
Outros	118 352.49	128 397.39
	1 961 266.48	1 972 782.37

As Prestações de Serviços na sua maioria referem-se a mensalidades processadas aos utentes, por serviços prestados pela SCMB.

Antes de analisarmos a variação de 2021 para 2022 a qual não tem grande impacto, pois o valor global é sensivelmente o mesmo, o que observado dessa forma sem acrescentarmos um enquadramento destes valores iria desvirtuar a fotografia financeira da sustentabilidade da SCM de Bragança.

Os Valores verificados em 2022 e 2021 são afetados por circunstâncias excepcionais no quadro do chamado macro ambiente económico e social com que a Instituição teve de se deparar, enfrentar e sofrer as consequências ao nível das receitas destas rubricas, pois em 2020 foi fortemente afetada pelos efeitos da pandemia, e em 2021 continuou-se a sofrer o efeito da pandemia e ainda o início das obras de requalificação das ERPI'S.

Em 2022 manteve-se parte do efeito da pandemia e das Obras, teve início a Guerra entre a Rússia e a Ucrânia a qual provocou um quadro disruptivo de toda a economia mundial, provocando um surto inflacionista com todas as implicações, particularmente negativas para uma IPSS, dado que as nossas receitas estão tabeladas, não dando margem a uma normal reação de agente económico que se guie pela lei da oferta e da procura visando o lucro o qual pode atualizar os preços que pratica de acordo com as suas necessidades.

No nosso caso, visa satisfazer as necessidades dos nossos utentes, garantir o cumprimento das obrigações para com os nossos trabalhadores e parceiros.

Para culminar esta tempestade perfeita que atrás referimos, assistimos ao início de uma espiral de crescimento das taxas de juro.

No que concerne à Prestação de Serviços - Terceira Idade, o último ano de normalidade da nossa Instituição foi em 2019, tendo nós, nesse ano uma faturação de 1 391 500,44€.

Sendo esse valor resultante de uma taxa de ocupação de cerca de 100%, consideramos que dada a procura existente seria expectável em 2022 um volume de faturação de 1 474 990,47€.

Assim, as nossas contas de 2022 nesta rubrica deveriam ter tido mais 420 292,44€, caso as obras tivessem sido efetuadas num quadro de normalidade.

Em suma, não obstante os valores se manterem de 2021 para 2022, tal significa que temos uma perda potencial de 420 292,44€ relativo à terceira idade.

A rubrica "Outros" engloba, as receitas do bar, as rendas, fétretos, refeitório e serviço de apoio à realização de análises clínicas.

15 SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO

O valor reconhecido na rubrica de Subsídios à Exploração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 tem o seguinte detalhe:

Relação dos subsídios obtidos	Subsídios à Exploração	Quantias concedidas 2022	Quantias concedidas 2021
	Entidades Concedentes	Total	Total
1	Instituto da Segurança Social	3 570 722.27	3 688 537.91
2	POISE/RLIS	0.00	-2 275.19
3	Apoio à Execução POAPMC	7 920.00	1 382.40
4	POAPMC-01-74F7-FEAC-00095	5 376.18	5 376.18
5	IEP	146 339.89	156 926.45
6	IFAP	2 873.64	3 227.79
7	POISE-Formação a Profissionais de Saúde	8 345.00	3 762.79
8	Doações em Espécie	2 036.50	4 391.91
9	Donativos Monetários	9 845.33	0.00
10	Esmolas	1 405.00	0.00
11	IAPMEI-RMMG	11 032.00	13 646.75
12	Administ.Reg. de Saúde do Norte	1 118 153.24	1 053 008.13
13	Centro. Distr. da Seg. Soc.de Brag.	368 000.68	289 955.73
14	Companhia de Seguros Lusitania	0.00	231.36
	Total	5 252 049.73	5 218 172.21

Os rendimentos aqui registados respeitam, na sua maioria, a transferências recebidas do Instituto de Segurança Social a título de comparticipação nos serviços prestados na ação social.

É importante salientar que existe uma diminuição relativamente a 2021 no "Instituto da Segurança Social" relativo a valores do Programa Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar que até ao encerramento deste balanço e Demonstração de Resultados não foi publicado em Diário da República o Despacho conjunto dos Gabinetes dos Ministros da Educação e do Trabalho Solidariedade e Segurança Social, para que seja dado início ao biénio 2021/2022 o que penaliza as nossas contas de 2022 em pelo menos 168 994,90 €, valor recebido em 2021.

Importa ainda referir que em 2019 os valores recebidos de subsídios referente à terceira idade, foram 1 132 680,63€. Caso em 2022 tivessem funcionado em pleno e tendo atualizados os valores de 2019 com uma taxa média de 3,5% ano, deveríamos ter obtido em 2022 um valor de 1 255 823,26€, o que significa uma perda potencial de 158 090,68€.

Do somatório da perda de Mensalidades da terceira idade pelas razões atrás referidas e dos subsídios a receber pela resposta social temos uma falta em termos de recebimentos de 578 383,12€.

De referir que o valor de 1 486 153,92€ (pontos 12,13 e 14) são referentes à Unidade de Cuidados Continuados.

16 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 tem o seguinte detalhe:

	2022	2021
Trabalhos especializados	67 419.84	51 290.22
Publicidade e propaganda	2 436.70	2 187.70
Vigilância e segurança	1 181.28	0.00
Honorários	197 545.63	178 481.00
Conservação e reparação	37 342.65	32 532.66
Serviços Bancários	3 664.13	37 711.19
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	2 736.74	536.21
Livros e documentação técnica	11.66	0.00
Material de escritório	140.69	21.85
Artigos para oferta	2 265.89	3 833.62
Material Didático	64.95	13.98
Eletricidade	131 007.30	75 570.73
Combustíveis (Gasole/Gasolina)	38 748.93	34 286.53
Combustíveis (Gás)	443 806.59	145 912.49
Água	44 961.66	49 952.67
Deslocações e estadas	7 981.59	6 023.47
Rendas e alugueres	271 033.68	211 137.94
Comunicação	28 505.28	29 408.67
Seguros	19 986.04	19 082.55
Contencioso e notariado	23 269.93	3 635.31
Limpeza, higiene e conforto	0.00	0.00
Outros serviços	1 826.29	2 967.13
Custos Medicação/outros	72 996.34	59 718.39
Outros	4 653.41	4 432.16
	1 403 587.20	948 736.47

É importante salientar que em fevereiro de 2022 o mundo foi confrontado com uma guerra na Europa entre a Rússia e a Ucrânia, com impactos sentidos nos preços dos mais diversos produtos/serviços, com especial destaque para os bens e produtos petrolíferos e seus derivados, a que acrescem as inúmeras restrições em vigor nos mais diversos sectores de atividade.

Assim as principais variações desta rubrica, são as seguintes:

Na variação global da rubrica de fornecimentos e serviços externos temos um acréscimo de 454 850,73€, do qual é resultante em especial atenção devido ao consumo de Gás que aumentou em 297 894,10€, em termos percentuais verificou-se um incremento de 204%.

Nos restantes gastos com energia, designadamente eletricidade, tivemos um aumento do valor em 55 436,57€ dando um incremento de 73%.

Verifica-se também, um acréscimo de 54 074,58€ relativo a acertos referentes a períodos compreendidos entre 2018 e 2021 da transição de estabelecimentos integrados.

Tivemos um acréscimo de gastos com contencioso e notariado de 19 634,62€ referentes a despesas com processo - Farmácia Confiança.

17 GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 2022 e em 2021 é detalhada conforme se segue:

	2022	2021
Remunerações do pessoal	4 638 573.50	4 558 560.22
Indemnizações	29 811.39	4 725.79
Encargos sobre remunerações	1 024 596.93	969 171.73
Seguros de ac. trabalho	43 339.93	37 521.00
Outros Gastos	297 936.24	335 084.08
	6 034 257.99	5 905 062.82

Os grandes valores da rubrica “Outros Gastos” incluem o montante de Subsídio de Alimentação pago aos colaboradores em 2022 no valor de 288 261,29 € e 312 197,75€ em 2021, temos também o registo da Medicina no trabalho no valor de 3 745,00€ em 2022 e 2 240,00€ em 2021.

A variação existente entre o ano 2021 e 2022 nos custos com pessoal, está relacionada com as diuturnidades, o aumento do Salário Mínimo Nacional, e a nova tabela salarial aprovada pela Convenção Coletiva de trabalho da CNIS, pela qual a nossa Instituição se rege.

Com a pandemia Covid-19 foi aprovada uma medida (MARESS) pelo IEFP que consistia no apoio ao reforço de emergência dos equipamentos sociais e de saúde, tendo este programa um custo de 54 358,22€ participado pelo IEFP a 90%.

Foi feito um acordo com uma educadora e uma professora para lhe serem pagas diferenças salariais.

No valor das Indemnizações está acrescido o montante de 28 354,73€ que faz parte do plano de reestruturação por 60 meses que teve início em novembro de 2021.

O n.º médio de funcionários durante o ano de 2022 e 2021 foi o que se detalha no quadro seguinte:

Descrição	Nº Funcionários (média 2022)	Nº Funcionários (média 2021)
Todas as respostas sociais	347	366

18 OUTROS RENDIMENTOS

A decomposição da rubrica de "Outros rendimentos" nos exercícios findos em 2022 e em 2021 é conforme se segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Desconto Pronto Pagamento	6 380.11	13 949.94
Ganhos em inventários	24 758.94	48 273.31
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	4 801.91	4 944.85
Outros	161 828.71	138 484.61
	<u><u>197 769.67</u></u>	<u><u>205 652.71</u></u>

Em "Ganhos em inventários" encontra-se registado o valor do Rappel e de donativos em espécie. Na rubrica de "Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros" são referentes a recebimentos de sinistros.

O saldo da rubrica "Outros" inclui essencialmente o valor relativo à imputação do subsídio ao investimento (detalhe nota 10) no valor de 87 619,10€, ao encontro de contas com a Segurança Social relativamente aos créditos existentes no valor de 62 656,29€ e à correção do saldo em dívida do Fundo de Compensação do Trabalho no montante de 8 095,50€.

19 OUTROS GASTOS

A decomposição da rubrica de "Outros Gastos" nos exercícios findos em 2022 e em 2021 é conforme se segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Impostos	1 135.50	1 313.61
Outros	88 574.47	26 674.96
	<u><u>89 709.97</u></u>	<u><u>27 988.57</u></u>

O saldo da rubrica "Impostos" é referente a taxa da Entidade Reguladora da Saúde que a instituição tem de ter devido a UCCI.

O saldo da rubrica "Outros" inclui o valor relativo a quotizações da União das Misericórdias Portuguesas e da Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo, outros custos com correções relativas a períodos anteriores 84 286,47€. Este valor inclui a correção de 1 880,73€ do Fundo de Compensação de Trabalho, 2 404, 77€ relativamente ao programa POAPMC-PAC, 7 638€ relativo ao não recebimento do Programa Adaptar Social +2021, 64 983€ ao não recebimento do valor total da candidatura



do Programa Expansão e Desenvolvimento Pré-Escolar biénio 2020/2021 e 6 076,98€ foram acertados de saldos das entidades na contabilidade com o programa de faturação da UCCI.

20 JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

A decomposição da rubrica de “Juros e Gastos Similares Suportados” nos exercícios findos em 2022 e em 2021 é conforme se segue:

	2022	2021
Juros de financiamentos obtidos	80 575.38	94 108.30
Comissões Rel. Financiamentos	0.00	8 179.55
Juros Mora e Compensatórios	9 305.39	35 398.30
Outros Juros	0.00	78.66
	89 880.77	137 764.81

O saldo desta rubrica diz na sua maioria respeito a juros suportados com empréstimos bancários.

Escrutinando o saldo das diversas rubricas, em “Juros de Financiamentos obtidos”, temos os juros dos financiamentos e Fundo de Reestruturação Setor Social. Em “Juros de Mora e Compensatórios, estão associados aos acordos de dívida assinados com dois dos nossos fornecedores, a Goldenergy e a NOS.

21 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos/relatados nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

Para além do mencionado anteriormente, não existem outros acontecimentos ocorridos após a data de balanço com impacto nas demonstrações financeiras apresentadas que devam ser relatados.

Bragança, 23 de Março de 2023

O Contabilista Certificado

A Mesa Administrativa